



EDITORA



UnB

Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Volume II



N. Cham.: 37.018.523 P912co

Título: Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das ciências



10455881

Ac. 1035245

v. 2 Ex.2 BCE

Organizadores

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Villas Boas

Rita Fagundes

EDITORA



UnB

**Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das
Ciências Agrárias
Volume II**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Organizadores

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Vilas Boas

Rita Fagundes



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Estevão Chaves de Rezende Martins
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Jorge Madeira Nogueira
Lourdes Maria Bandeira
Carlos José Souza de Alvarenga
Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Verônica Moreira Amado
Rita de Cássia de Almeida Castro
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P912 Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária : volume II / Mônica Castagna Molina ... [et al.], [organização]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.
476 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-230-1208-3.

1. Educação do campo. 2. Ciências Agrárias. 3. Residência agrária. 4. Agroecologia. I. Molina, Mônica Castagna (org.).

CDU 63

Equipe editorial

Observatório da Educação do Campo
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Centro Transdisciplinar de Educação do Campo - CETEC

Coordenadora de produção editorial

Mônica Castagna Molina

Preparação e revisão

Sandra Fonteles

**Capa, projeto gráfico, tratamento
de imagem, produção gráfica,
vetorização de
figuras/gráficos/tabelas/quadros,
diagramação e arte final**

Alex Silva

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

Copyright © 2017 by Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,

2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF

Telefone: (61) 3035-4200

Site: www.editora.unb.br

E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Sumário

Prefácio	
Roseli Salete Caldart.....	06

Apresentação	
As Organizadoras e os Organizadores.....	17

BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses	
Clarice Aparecida dos Santos.....	28

Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza	
José Maria Tardin e Dominique Michèle Perioto Guhur.....	44

EIXO 1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília	
Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Luiz Henrique Gomes de Moura, Rafael Litvin Villas Bôas e Marco Antonio Ribeiro Baratto.....	102

Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana.....	128

Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária	
Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Elenara Ribeiro da Silva.....	146

Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará	
Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira.....	176

Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)	
Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaina Tude Sevá e Raniele Caroline de Sousa.....	192

EIXO 2 MATRIZES TECNOLÓGICAS

Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro	
Jonas Duarte.....	218

Das sementes aos frutos: a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária/UFC	
Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero.....	242

Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o confronto com o instituído	
Maria Inês Escobar da Costa.....	264

Residência Agrária - Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar	
Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos.....	288

EIXO 3 AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA

Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e (re)existência para a vida planetária	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça, Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes.....	312

O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista	
Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa.....	332

Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)	
Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva e Josefa Adriana Leal.....	348

EIXO 4 FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E RELAÇÃO CAMPO E CIDADE

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar	
Bárbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes.....	374

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária	
Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira.....	394

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE	
Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer.....	410

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular	
Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani, Daniel Mancio e Andrea Matheus.....	428

Posfácio	
As Organizadoras e os Organizadores.....	447

A respeito das Organizadoras e Organizadores.....	463
--	------------

A respeito dos Autores.....	467
------------------------------------	------------

EIXO 1

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

**Educação do Campo e democracia: a experiência do
Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no
Campo” da Universidade de Brasília**

*Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Rafael Litvin Villas Bôas,
Luis Henrique Gomes de Moura e Marco Antonio Ribeiro Baratto*

**Construção compartilhada de saberes:
a experiência do NEEPA**

*Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo,
Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana*

**Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA
Amazônico e Residência Agrária**

*Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e
Elenara Ribeiro da Silva*

**Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação
Residência Agrária na Universidade Federal do Pará**

Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira

**Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática
no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo
– Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)**

*Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaína Tude Sevã
e Ranielle Caroline de Sousa*

Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária

Fernando Michelotti¹

Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa²

Elenara Ribeiro da Silva³

Introdução

O projeto "Residência Agrária", executado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – (Unifesspa), inseriu-se em uma parceria de longo prazo entre docentes da universidade, vinculados aos cursos de Ciências Agrárias e Educação do Campo, e movimentos sociais da Via Campesina da Amazônia, especialmente o MST. Um dos objetivos dessa parceria foi a implantação do Instituto de Agroecologia Latino-Americano – (IALA) na Amazônia, para o qual a Residência Agrária deu importante contribuição por meio da oferta de duas turmas de especialização apoiadas pelo Pronex: a primeira turma entre 2011 e 2012 e a outra, entre 2013 e 2015, como parte da Chamada Pública nº 26/2012, em parceria com o CNPq.

A criação do IALA Amazônico está ligada a um projeto mais amplo da Via Campesina de fortalecimento da luta pela agroecologia e soberania alimentar. Para a Via Campesina, a soberania alimentar é compreendida não apenas como o direito de as pessoas se alimentarem com produtos saudáveis, mas também como o direito "dos povos, de seus países e das uniões de Estados de definirem suas políticas agrícolas e alimentares" (FERNANDES, 2012). Nessa visão, a luta pela soberania alimentar tem profunda relação com a

¹Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – (Unifesspa), Engenheiro Agrônomo e doutorando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).

²Engenheiro Agrônomo graduado pela (Unifesspa) e mestrando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).

³Engenheira Agrônoma, mestre em Ensino de Ciências e Matemática (Pecim/Unicamp).

agroecologia em suas várias dimensões, políticas, sociais, éticas e técnicas. O avanço da agroecologia demanda, entre outras ações, a constante formação dos quadros dos movimentos camponeses latino-americanos, para a qual foram concebidos os Institutos de Agroecologia Latino-Americanos (IALAs).

Estos institutos se visualizan a mediano plazo como centros de educación superior que formarán estudiantes latinoamericanos y caribeños provenientes de la base de los movimientos campesinos, quienes, al regreso a sus regiones de origen, contribuirán con el desarrollo endógeno, integral y agroecológico de su región y a fortalecer las luchas contra el neoliberalismo, los agronegocios capitalistas, la dependencia en todas sus formas y la depredación ambiental. Su trabajo estará directamente orientado hacia el logro de la soberanía alimentaria y la integración solidaria de los pueblos de América Latina, el Caribe y el mundo.⁴

A decisão de criação dos IALAs foi impulsionada a partir de 2005 quando, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, o Governo da República Bolivariana da Venezuela e a Via Campesina firmaram um protocolo de intenções e compromissos (CAMPOS, 2014). Entre 2005 e 2010, foram criados quatro Institutos ligados à Via Campesina: a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), criada em 2005 e localizada no Assentamento Contestado, município de Lapa (Paraná); o IALA Paulo Freire, criado em 2006 na Venezuela; o IALA Amazônico, criado em 2009 no Assentamento Palmares II, município de Parauapebas (Pará); o IALA Guarani, localizado no Paraguai e criado em 2010. Depois disso, segundo o documento "IALAs: luchas y esperanza globalizada en defensa de la humanidad"⁵, já foram criados os IALAs Maria Cano na Colômbia e Mujeres no Chile, a Escuela Campesina Francisco Morazán na Nicarágua, a Escuela Nacional de Agroecologia no Equador e a Asociación Nacional de Pequeños Agricultores de Cuba, além de outras iniciativas no Peru.

⁴Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/agricultura-campesina-sostenible-mainmenu-42/2391-la-agroecologia-puntal-de-la-soberania-alimentaria>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

⁵Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/2658-ialas-luchas-y-esperanzas-globalizada-en-defensa-de-la-humanidad1>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

No processo de implantação do IALA Amazônico, os dirigentes da Via Campesina na região buscaram estabelecer um diálogo com os docentes da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará, com a qual outras ações conjuntas ligadas à Educação do Campo já vinham sendo desenvolvidas. Desse diálogo, emergiu uma primeira questão a ser refletida pelos parceiros: qual sentido de agroecologia deveria embasar a construção do IALA Amazônico?

Agroecologia: a dimensão técnico-política e a afirmação de um projeto camponês

A agroecologia é um conceito polissêmico, com vários enfoques e dimensões, e pode ser entendida como ciência, como disciplina, como forma de manejo agroecológico ou ainda como movimento social. Os diferentes autores e suas respectivas correntes imprimem ênfases diferenciadas a cada um desses aspectos, afirmando ou negando certas perspectivas.

Guhur e Toná (2012), em síntese sobre as diferentes correntes da agroecologia, afirmam que essa é uma construção recente e que surgiu principalmente em função de dois fatores. Em primeiro lugar, constatou-se que a reprodução social dos povos originários e do campesinato se encontra ameaçada pelo modo hegemônico de agricultura, materializado na figura do agronegócio. Em segundo, o fortalecimento do debate ecológico colocou em xeque o papel da agricultura diante de um cenário de crises ambientais recorrentes, com seu apogeu no combate à degradação dos ecossistemas e ao aquecimento global. Pode-se ainda acrescentar a esses fatores o crescimento do debate sobre a promoção de uma alimentação mais saudável para a saúde humana, com críticas ao uso de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados ou transgênicos.

A associação entre ecologia e agricultura no campo acadêmico data de formulações mais longínquas, com o trabalho de Carson (1962) e suas denúncias em relação ao uso de pesticidas sintéticos na agricultura, especialmente o DDT, estimulando uma verdadeira mudança paradigmática. Entretanto, foi na década de 1980, com os trabalhos de pesquisadores ligados ao

que Guhur e Toná (2012) chamam de *vertente americana*, que a agroecologia se popularizou. As pesquisas de Miguel Altieri e Stephen Gliessman foram fundamentais para consolidar esse campo técnico agrônomo da agroecologia, que, mesmo considerando aspectos sociais, políticos e culturais na análise, foi centrado na compreensão mais profunda da ecologia dos agroecossistemas, ancorando-se na ideia de que a sustentabilidade da agricultura passa pelo estudo das suas interações ecológicas (ALTIERI, 2012; GLIESSMAN, 2000). A agroecologia foi definida como uma ciência capaz de fornecer princípios, conceitos e metodologias para analisar, manejar e desenhar agroecossistemas (ALTIERI, 2012). Trata-se de uma ciência capaz, por meio de uma racionalidade ecológica e de uma abordagem sistêmica, de reproduzir a estrutura e as funções dos ecossistemas naturais, garantindo a eficiência biológica, a capacidade de produção e a autossuficiência dos agroecossistemas.

Guhur e Toná (2012) também destacam a emergência, ainda na década de 1980, de uma outra perspectiva, a *vertente europeia* da agroecologia, baseada em um viés mais centrado nos aspectos sociológicos, com a agroecologia surgindo a partir da interação entre as disciplinas científicas e as práticas e saberes dos povos originários e camponeses. Nessa vertente, destacam-se os trabalhos de Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel González de Molina que, propondo a articulação das ciências naturais e sociais com os conhecimentos tradicionais, afirmam ser papel da agroecologia não só a caracterização dos sistemas de produção, mas a caracterização do próprio campesinato (GUHUR; TONÁ, 2012). A agroecologia é vista como uma disciplina híbrida e sistêmica que, por meio da ação social coletiva e de métodos participativos, constrói alternativas para superar a degradação ecológica e social (MOLINA, 2011; SEVILLA-GUZMÁN, 2003). A agroecologia orquestra diferentes formas de conhecimento, colocando não só o pensamento científico, mas as práticas camponesas no centro do debate.

No Brasil, a agroecologia surgiu inicialmente a partir da contestação à Revolução Verde, com os debates sobre agricultura alternativa no final da década de 1970 (GUHUR; TONÁ, 2012). Se por um lado nomes como Ana Primavera, Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber foram fundamen-

tais para fortalecer a agroecologia no Brasil dentro de um campo acadêmico de contestação ao modelo hegemônico de agricultura, por outro destaca-se a importância que os movimentos sociais, em especial o MST e a Via Campesina, tiveram nessa discussão, sobretudo a partir dos anos 2000. A principal contribuição se deu pela construção de uma visão política da agroecologia, entendendo-a para além das práticas agrícolas, mas como ferramenta de autoafirmação do campesinato e de constatação de que os pacotes do agronegócio subordinavam os territórios camponeses. Trata-se de uma terceira vertente do pensamento agroecológico, uma *vertente camponesa*, que, como afirmam Rosset e Martínez-Torres (2013), ancora-se no processo de *recampe-nização*, na ideia de (re)construção das identidades camponesas.

Se por um lado a Revolução Verde fortaleceu a agricultura capitalista, por outro, a agroecologia tornou-se o seu contraponto, visibilizando os anseios dos camponeses e dos povos originários. Rosset e Martínez-Torres (2013), ao discorrerem sobre a relação entre a Via Campesina e a agroecologia, afirmam que sua incorporação (cabe dizer, resignificação) pelos movimentos sociais promoveu importantes alterações em suas formas de luta. Se antes o MST ocupou terras a partir da crítica à concentração fundiária, agora alia a esse aspecto a contestação da matriz tecnológica do agronegócio. Tais mudanças colocaram o enfrentamento às corporações transnacionais e à agricultura capitalista como um todo como elemento central do repertório de ações.

Essa visão política da agroecologia está no centro das formulações da Via Campesina na última década, destacando-se a síntese feita pela Comisión Internacional de Trabajo sobre Agricultura Campesina Sustentable. Percebe-se então que a agroecologia é concebida como instrumento de luta contra o capitalismo e de construção do socialismo, tendo como metas: promover a produção de alimentos saudáveis e disponíveis para todos; defender e cuidar da vida; rechaçar todas as formas de certificação dos frutos do trabalho; partir da ancestralidade e dos conhecimentos de povos originários e camponeses; garantir a soberania alimentar e energética; ser massiva e internacional; reforçar as identidades coletivas (VIA CAMPESINA, 2013).

Aprofundando as reflexões sobre a dimensão política da agroecologia, Carvalho (2002) utiliza os conceitos de identidades sociais legitimadoras e identidades de projetos. Para ele, a consciência crítica do campesinato em relação à sua condição econômica e política subalterna em uma sociedade capitalista parece apontar seu destino à resistência que legitima o repertório de ações coletivas desses atores. No entanto, para uma identidade de superação, isto é, de projeto, é fundamental que ela possa efetivamente pautar transformações sociais, indo além das resistências. Em outras palavras, a construção de identidades sociais de resistência não propicia, por si mesma, a produção de sujeitos. No entanto, quando as resistências sofrem ressignificações podem apontar para identidades de projetos capazes de produzir sujeitos.

Aproximando esse debate da agroecologia, pode-se afirmar que, se a superação do agronegócio parece distante, a correlação de forças não impede que experiências de conquista e afirmação de territórios camponeses sejam construídas. A agroecologia pode ser um passo para além da resistência desde que, como afirma Carvalho (2007), por meio dela o campesinato assuma todas as demandas hoje garantidas pelo agronegócio, tais como: aumento na escala de produção; diversificação na oferta de alimentos e matérias-primas para a indústria; incorporação de processos de gestão que, além de possibilitarem a autonomia perante o capital, aumentem a escala e o volume de produção. Alia-se a esses aspectos econômicos e produtivos uma mudança nos tempos políticos do campesinato que, segundo o autor, tem-se pautado pelos tempos do modelo hegemônico.

Esse tipo de reflexão foi importante para a definição da concepção de agroecologia que estrutura o IALA Amazônico, destacando-se a necessidade de síntese teórica e prática da agroecologia a partir de conhecimentos científicos e conhecimentos camponeses, de estratégias produtivas dos sistemas agrários tradicionais e dos princípios políticos defendidos pela Via Campesina. Buscou-se assim conformar uma visão de agroecologia como uma ferramenta de afirmação da soberania alimentar capaz de suplantando as práticas de degradação dos recursos naturais intrínsecas ao modo de produção capitalista; de alterar formas de produção de valores; de garantir, ao mesmo tempo, o autoconsumo, a diversificação e o aumento das escalas de produção (IALA AMAZÔNICO, 2011).

Saber e Poder: a dimensão epistemológica da agroecologia

Ao reconhecer a agroecologia como elemento fundamental para a construção de uma identidade de projeto que supere o agronegócio e afirme o projeto camponês de campo e agricultura, o IALA Amazônico enfatizou a sua dimensão política sem apartá-la de sua dimensão tecnológica. Sendo um projeto de educação, os parceiros procuraram avançar nas reflexões sobre as relações entre a dimensão técnico-política e a dimensão epistemológica, referenciando-se nos debates sobre a colonialidade do saber (LANDER, 2010; ARROYO, 2012) e a histórica negação dos camponeses como sujeitos de conhecimento. Caminhar em uma direção oposta exigiria do IALA Amazônico um tipo de desafio epistêmico e epistemológico que, para Leher (2010), tem sido evidenciado pelo fato de os movimentos sociais terem assumido o acesso à universidade como parte de suas reivindicações, e terem provocado as seguintes perguntas: Qual conhecimento produzir? Qual formação garantir aos estudantes?

Em certas perspectivas, a ciência agroecológica é resultado do diálogo de cientistas com indígenas, comunidades tradicionais, camponeses e camponesas. Os pesquisadores e pesquisadoras, estudando o modo de vida dos indígenas, perceberam que as práticas culturais adotadas para produção de alimentos permitiam a restauração dos ciclos naturais. Essas técnicas baseavam-se em conhecimentos agrônômicos que foram passados entre as gerações por meio da tradição oral. Segundo Hecht (1989, p. 26), "historicamente, o manejo agrícola incluía rica simbologia e sistemas rituais que frequentemente serviam para regular as práticas de uso da terra e para codificar os conhecimentos agrários dos povos que não conheciam a escrita".

De acordo com a mesma autora, a ascensão da ciência positivista foi um dos três processos históricos que contribuíram para que os conhecimentos agrônômicos que eram desenvolvidos por povos e suas culturas locais e sociedades não ocidentais fossem obscurecidos. No processo de afirmação da ciência positivista, outras formas de conhecimento foram rejeitadas, principalmente as que pareciam ser baseadas em superstições e misticismos, geralmente vinculados aos conhecimentos tradicionais.

Associada a essa visão positivista da produção de conhecimento sobre técnicas agropecuárias, muitas instituições de ensino, pesquisa e extensão de ciências agrárias adotaram a construção de centros de referência nos quais

os experimentos pudessem ser conduzidos com todas as condições controladas pelos/as cientistas. Esses centros de referência buscam produzir modelos porque partem da premissa de que o conhecimento produzido pela atividade científica é melhor ou mais verdadeiro que outros tipos de conhecimento.

Para que esses experimentos, considerados modelos agrícolas ou pecuários, fossem replicados pelas famílias camponesas nas suas unidades de produção, a Extensão Rural e a Extensão Universitária ficaram responsáveis pela difusão das tecnologias geradas. O processo de difusão de tecnologia se baseia na transmissão de conhecimento como algo pronto e acabado, o que impossibilita a participação dos camponeses e das camponesas na sua construção, devendo apenas ser copiado. Nesse caso, o conhecimento produzido pelas comunidades do campo é desconsiderado e isso reforça a relação verticalizada entre o conhecimento produzido por instituições de ensino e pesquisa, o conhecimento científico e o conhecimento popular.

Como resultado, os camponeses e as camponesas ficam atrelados a uma referência externa, ao conhecimento produzido nos centros de referência que esses sujeitos não compreendem integralmente. Assim, além de o método não ser dialógico e não possibilitar participação, ele ainda produz dependência e subordinação.

Diversamente disso, a ciência agroecológica, ao se debruçar sobre os conhecimentos dos povos tradicionais, mostrou que há outras formas de manejo dos agroecossistemas. Tais formas utilizam os recursos disponíveis de forma sustentável e partem de outra lógica, respeitando as especificidades locais. Esse reconhecimento e valorização do sistema de conhecimento das populações tradicionais contribuem para desconstruir a ideia de que a ciência positivista é a única forma de conhecer a realidade, e para questionar a concepção de verdade científica universal.

Em seu diálogo com as principais vertentes da agroecologia (técnico-científica, sociológico-epistemológica e político-afirmativa), o IALA Amazônico priorizou um processo de construção do conhecimento agroecológico que fortalece a autonomia dos camponeses e não a sua subordinação a qualquer tipo de pacote tecnológico. Esse processo foi possível a partir de

trocas de experiência entre camponeses e povos originários, da experimentação agroecológica com sua sistematização, da pesquisa como princípio educativo e do saber da experiência como ponto de partida (IALA AMAZÔNICO, 2011). Nesses termos, em busca de uma ruptura epistemológica, o IALA Amazônico procurou negar a ideia de um *centro de referência*, desenvolvendo a concepção de *centro de convergência* de práticas agroecológicas.

O IALA Amazônico, como centro de convergência de práticas agroecológicas, busca subverter a ordem ao implantar experimentos baseados nas práticas agroecológicas realizadas nos lotes das famílias camponesas. Segundo o documento "Desafios atuais na construção do IALA Amazônico" (IALA AMAZÔNICO, 2014, p. 3), um dos desafios do instituto é dar visibilidade e aprender com os camponeses "que a sua maneira tem desenvolvido experiências com princípios em agroecologia" (p. 3). Dessa forma, as práticas dos camponeses e das camponesas inspiram os experimentos, e há uma valorização do conhecimento produzido por esses sujeitos, em um diálogo entre os saberes camponeses e outros saberes produzidos em instituições de ensino e pesquisa. Segundo Norgaard (1989, p. 47),

Esse diálogo pode contribuir para que a academia se aproxime mais das comunidades e para que ela incorpore conhecimentos populares no fazer científico como também pode auxiliar as comunidades na transformação das suas próprias realidades ao se apropriarem dos conhecimentos produzidos nessas instituições.

Para a implantação desses experimentos não se criam condições especiais de controle ou artificialização, como nos campos experimentais dos centros de referência, priorizando-se reproduzir as condições vivenciadas pelas famílias camponesas desde a concepção, os objetivos e os materiais utilizados. Essa semelhança de condições contribui para a interação dos camponeses e das camponesas com essas experiências, e esse diálogo pode influenciar tanto as experiências como as práticas agroecológicas realizadas nos lotes. No IALA Amazônico, essa semelhança propicia uma identificação dos sujeitos do campo, pois eles se reconhecem naquele espaço, o que os aproxima da proposta do Instituto.

Uma das estratégias para materializar o IALA Amazônico como centro de convergência de experiências agroecológicas foi a realização do Encontro de Camponeses Sábios em Agroecologia. Essa atividade compôs o percurso formativo da 2ª Etapa da 2ª Turma do Curso de Especialização Residência Agrária. No encontro, camponeses e camponesas com larga experiência em práticas agroecológicas foram convidados a participar de uma atividade em conjunto com os educandos da especialização e os membros da brigada permanente do IALA. O objetivo era o de trocar experiências, conhecer as práticas agroecológicas desenvolvidas no Instituto e refletir sobre elas, ponderando sobre em que elas se aproximavam e se distanciavam das suas próprias vivências. A presença dos sujeitos do campo propicia que o Instituto possa se deixar influenciar por eles, e que eles possam participar efetivamente da construção teórica e prática do IALA Amazônico. Assim, encontros desse tipo representam uma estratégia de “construção participativa de tecnologias agrárias”.

Com isso criam-se e avaliam-se tecnologias autóctones, articulando-as a tecnologias externas apropriáveis mediante o ensaio e a adaptação, para serem incorporadas ao acervo cultural de cada comunidade, buscando sempre a autonomia e o “empoderamento” da comunidade (MOREIRA; CARMO, 2004, p. 42).

Na busca pelo fortalecimento dos sujeitos do campo, o Encontro dos Sábios foi inspirado no método “de camponês para camponês”. Essa metodologia é pautada no diálogo entre os camponeses e as camponesas, isto é, são eles e elas que assumem o papel de educadores e educadoras, o que evidencia o seu protagonismo na construção dos próprios conhecimentos. Da mesma forma, passam a ter papel-chave na validação do conhecimento produzido no IALA, indo além da exclusividade dos métodos científicos de validação.

Questionando a ciência positivista como única forma de produção e validação de conhecimento e valorizando o protagonismo dos camponeses e das camponesas na produção de novos conhecimentos que auxiliem na transformação da realidade, o IALA Amazônico, como Centro de Convergência, busca experimentar novas práticas agroecológicas que contribuam para a conquista da autonomia dos sujeitos do campo.

Projeto Residência Agrária: materialização da formação em agroecologia no IALA Amazônico

Se o primeiro desafio da construção do IALA Amazônico demandou da parceria entre movimentos sociais e universidade uma reflexão sobre a concepção de agroecologia que embasaria esse projeto em suas dimensões políticas e epistemológicas, um segundo desafio colocou a seguinte questão: como materializar essa concepção em um projeto educativo?

Para a viabilização do projeto, os parceiros optaram pela construção de uma experiência de Pós-Graduação *Lato Sensu* vinculada ao programa Residência Agrária, por perceberem uma afinidade entre o objetivo do IALA e o desse programa, qual seja: garantir uma formação de diferentes sujeitos que atuam nos assentamentos (assentados/as, técnicos/as e educadores/as de escolas do campo) baseada na inter-relação entre assistência técnica, Educação do Campo e desenvolvimento rural, com ampla vivência dos educandos e das educandas da especialização nos assentamentos de Reforma Agrária e comunidades rurais (MICHELOTTI, 2012). Além disso, como curso de especialização, haveria maior autonomia na proposição de currículos mais flexíveis e abertos ao diálogo de saberes, sem tantos engessamentos a que outros cursos da universidade são submetidos.

Denominada "Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia", a especialização teria como passo seguinte a elaboração de um projeto político-pedagógico que expressasse uma perspectiva não universalista da atividade científica e que tivesse o diálogo político e epistêmico entre a academia e os camponeses como eixo estruturante. A principal inspiração nessa direção foi a pesquisa-ação-participante ou ainda investigação militante.

A pesquisa participante, segundo Brandão (1999a, p. 13), traduz a relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares, não como uma atuação subordinada de sujeitos populares no trabalho do pesquisador e/ou da pesquisadora, mas como participação orgânica de uma pesquisa coletiva em momentos do trabalho de classe. Dessa forma, o termo participante ganha concretude quando efetivamente se vincula a produção e fortalecimento de um poder de classe progressivamente autônomo

nos espaços políticos de determinação da vida social. Dessa forma, a pesquisa se torna um instrumento dentro da ação popular (BRANDÃO, 1999b, p. 252).

Em busca de um método para essa concepção de ciência (em especial nas ciências sociais) que alcançou a consciência de que não basta conhecer a realidade, mas é preciso transformá-la, Bonilla et al. (1999, p. 137-141) indicam três momentos distintos. Primeiramente, o reconhecimento de técnicas como as de "observação participante" e "observação por experimentação" (participação-intervenção) como as que mais se aproximam dessa perspectiva. No entanto, como essas técnicas por si mesmas mostram-se limitadas para vincular o pensamento à ação, fomentou-se o conceito de "inserção", implicando que o cientista se envolva como agente do processo que estuda. Numa forma de inserção muito mais decidida, guiada pela busca de colocar o conhecimento a serviço dos interesses populares e reconhecendo suas consequências, produziu-se por fim a investigação militante.

Indicando certos pressupostos teóricos e coordenadas metodológicas que caracterizam a investigação militante, os autores afirmam que, na prática, ela significa:

- 1) que os trabalhos são concebidos com os setores ou grupos-chave de base e seus órgãos de ação;
- 2) que a produção das técnicas de pesquisa está primordialmente voltada aos setores da classe popular em seus próprios termos, isto é, escrita juntamente com eles [...];
- 3) que formas adequadas de comunicação dos resultados são requeridas, estabelecendo um novo "idioma", muito mais claro e honesto [...];
- 4) finalmente, que os conceitos e hipóteses emergentes encontram sua confirmação ou rejeição através do contato direto e imediato com a realidade e pela utilidade que demonstrem ter nas mãos de setores e grupos-chave, e de acordo com a força organizativa que sejam capazes de engendrar [...] (BONILLA et al., 1999, p. 146).

Dessa forma, o/a investigador/a militante vai às comunidades aprender sobre suas realidades reconhecendo seu nível real de consciência social e

política, contribuindo com seus projetos de colaboração local e aglutinando-se em torno de interesses que possam acelerar situações críticas que elevem a consciência social e política (BONILLA et al., 1999, p. 148).

Sob essa inspiração, o encaminhamento metodológico do curso foi proposto a partir do trinômio "problematização-diagnóstico-projeto de ação", realizado em diálogo constante com comunidades camponesas. O curso foi organizado em 4 etapas em alternância entre Tempo IALA⁶ e Tempo Comunidade. A primeira etapa proposta foi a da problematização, a segunda, da pesquisa-diagnóstico-restituição-definição do projeto de ação, a terceira, da execução do projeto de ação e, por fim, uma última etapa de socialização dos conhecimentos sistematizados. O quadro a seguir mostra como foram organizadas as atividades em cada etapa:

Na seleção dos educandos e das educandas das turmas, priorizaram-se pessoas com algum envolvimento com comunidades camponesas da região, seja como assentados e militantes de movimentos sociais, seja como assessores técnicos ou ainda jovens egressos da graduação com alguma experiência prévia em movimentos estudantis e vivência em assentamentos. Assim, na fase inicial do curso, durante a etapa de problematização da realidade, uma combinação de atividades de leituras teóricas, trabalhos de campo na região do sudeste paraense e pesquisas exploratórias nas regiões de atuação de cada educando permitiu uma ampla leitura da realidade agrária e a definição de temáticas de pesquisa por cada participante do curso. A proposta era que essas temáticas representassem não apenas interesses acadêmicos dos educandos, mas especialmente demandas concretas de pesquisa das comunidades em que atuam.

Na segunda etapa do curso, a turma foi dividida em grupos de pesquisa-ação com afinidades das temáticas de pesquisa, com um duplo objetivo: pro-

⁶Optamos por usar a expressão Tempo IALA e não Tempo Escola, como é mais comumente conhecido na Educação do Campo, para chamar a atenção da complexidade do tempo de vivência dos educandos e educandas nas etapas no IALA Amazônico. Nelas, a busca de uma forte interação com as comunidades do entorno do IALA imprime características tanto do Tempo Escola como do Tempo Comunidade, criando uma certa alternância de tempos e espaços educativos durante a etapa de permanência no IALA, que, aliás, era relativamente longa (entre 45 e 60 dias).

mover um aprofundamento coletivo e compartilhado das reflexões teóricas e empíricas sobre a temática; desenvolver um processo de problematização da realidade, definição de um projeto de ação em busca da transformação dessa realidade e sua execução. Assim, formaram-se os grupos de pesquisa-ação em consonância com os eixos estruturantes do curso: questão agrária amazônica, desenvolvimento do campo/assentamentos, agroecologia e diálogo de saberes.

Uma vez organizados os grupos de pesquisa-ação, os educandos e as educandas buscaram identificar uma temática coletiva que pudesse ser estudada por todo o grupo durante o Tempo IALA, seja no assentamento Palmares II, seja nos seus arredores, mas que refletisse de alguma forma o conjunto de questões individuais trazidas pelos educandos desde suas experiências nas suas próprias localidades. A partir dessa temática comum, o grupo identificou os sujeitos/comunidades que poderiam ser coparticipantes da pesquisa.

A atividade seguinte foi a realização de uma pesquisa-diagnóstico para levantamento de dados que ajudassem a compreender melhor a realidade a ser trabalhada. Após a sistematização desses dados, cada grupo preparou uma devolução dos resultados aos sujeitos participantes do processo. Bonilla et al. (1999, p. 145) argumentam que a fase da devolução do conhecimento visa sobretudo contribuir com os grupos-chave para que tenham maior clareza e eficácia em suas ações. Além disso, fazem com que o próprio pesquisador seja objeto de investigação, pois é submetido ao julgamento da experiência popular

No curso, o momento da devolução teve também como objetivo permitir um diálogo entre os educandos militantes dos movimentos sociais (pesquisadores) e os grupos-chave envolvidos no processo que levasse à construção de um projeto de ação. O Quadro 2 indica as questões trabalhadas pelos grupos de pesquisa-ação e os projetos resultantes desse processo.

Uma vez definidas as propostas, os grupos de pesquisa-ação dedicaram seu tempo de estudo às temáticas, aprimorando-se nas leituras teóricas, tecnológicas e metodológicas, bem como na preparação dos projetos de ação. A terceira etapa do curso foi dedicada à realização desses projetos de ação, construídos pelos próprios educandos em diálogo com os camponeses envolvidos diretamente nesse processo. Por fim, na quarta etapa houve a finalização e socialização de toda essa produção acadêmica e militante.

Quadro 1: Trajetória formativa do curso de especialização Residência Agrária no IALA Amazônico em parceria com a Unifesspa

	Tempo IALA	Tempo Comunidade
1ª Etapa	Problematização da Questão Agrária Amazônica e seus efeitos nos Assentamentos e na Produção	Olhar para sua comunidade: definição do tema de pesquisa individual.
2ª Etapa	Divisão da turma em Grupos de Pesquisa-ação: - Definição de parceiros - Pesquisa-diagnóstico - Restituição e definição de projetos de ação	- Preparação do projeto de ação - Pesquisa individual
3ª Etapa	Realização dos projetos de ação Elaboração de artigo coletivo	Finalização da pesquisa individual
4ª Etapa	Elaboração de artigo individual e socialização dos resultados	

Fonte: Universidade Federal do Pará, 2013a.

Quadro 2:
Atividades realizadas pelas turmas organizadas por Eixo de Estudo

Eixo de Estudo	Temas Individuais de Pesquisa	Coletivos de Pesquisa-Ação	Grupo Social Parceiro	Tema do Projeto de In(ter)venção
Questão Agrária Amazônica: projetos hegemônicos e contra-hegemônicos	*Impactos dos projetos do grande capital na Amazônia (mineração; hidrelétricas; monocultivos; infraestrutura) *Movimentos Sociais e Conflitos (terra; mineração) *Territórios de Resistência (acampamentos; comunidades agroextrativistas)	Turma Índia Tuíra: *Grupo de Pesquisa em Agromineração Turma Sr. Sabá: *Núcleo de Base "Maria e José"	Escola do Assentamento Palmares II Acampamento Frei Henri	Seminário: Extração de Areia no Rio Parauapebas *Oficinas de Valorização da Memória e Identidade de Luta *Implantação de Horta Medicinal

Desenvolvimento do Campo/ Assentamentos	<ul style="list-style-type: none"> *Organização Política (formação de coletivos, associações, grupos de mulheres) *Organização Produtiva e Sustentabilidade Ambiental *Assistência Técnica *Educação do Campo (escolas dos assentamentos; centros de formação em alternância; centros de formação em agroecologia) *Saúde (medicina alternativa; plantas medicinais) 	Turma Índia Tuíra: *Grupo de Pesquisa Luta pela Terra Turma Sr. Sabá: *Núcleo de Base "Sementes"	Acampamento Helenira Resende Escola do Assentamento Palmares II	Oficinas de fortalecimento das formas organizativas Implantação de Horta Escolar
Agroecologia e Diálogo de Saberes	<ul style="list-style-type: none"> *Diálogo de Saberes e construção de conhecimento entre camponeses, técnicos e acadêmicos *Diagnósticos de sistemas de produção agroecológicos em assentamentos e comunidades indígenas *Alternativas Produtivas Sustentáveis (bioconstruções e permacultura; mecanização leve; sistemas agroflorestais; roças sem fogo; homeopatia; banco de sementes) 	Turma Índia Tuíra: *Grupo de Pesquisa em Agroecologia Turma Sr. Sabá: *Núcleo de Base "Kararaô"	Sede do IALA Amazônico Sede do IALA Amazônico	Implantação de Horta Mandala Implantação de SAF

Fonte: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2016; Universidade Federal do Pará, 2013b.

A seguir, será feita uma breve descrição dos projetos de ação realizados pelos grupos de pesquisa e pelos núcleos de base das duas turmas de especialização ligadas ao Residência Agrária:

a) Seminário sobre extração de areia no rio Parauapebas:

O grupo de pesquisa em agromineração da turma de especialização Índia Tuíra dedicou-se a refletir sobre a atividade de extração de areia por

dragagem existente no rio Parauapebas, no trecho que corta o assentamento Palmares II e onde se localiza o IALA Amazônico. Essa atividade está diretamente vinculada à expansão da mineração no município, que cria demanda de areia e seixo para as obras de infraestrutura das mineradoras, especialmente a Vale S.A., e obras de expansão urbana. A atividade, que ocorre com baixa regulação do poder público local, causa impactos ambientais significativos no próprio rio, dificultando a pesca, e a degradação das estradas vicinais no assentamento, dificultando o escoamento de outros produtos e ampliando o risco de acidentes. Do ponto de vista da organização social do assentamento, o grupo percebeu uma tendência de "privatização" do rio, que passa a ser considerado como um "recurso natural" e não um "bem comum", especialmente pelos assentados cujos lotes estão às suas margens, uma vez que eles alugam suas áreas para a instalação dos pátios de armazenamento de areia. Essa situação cria uma tensão interna no assentamento, com divisão de posições entre aqueles que defendem a atividade em função das possibilidades de ganho econômico, e aqueles contrários, afetados pelos seus impactos negativos. Sem tomar uma posição específica nesse debate, o grupo propôs a realização de um seminário na escola de ensino fundamental e médio do assentamento como forma de envolver professores, estudantes e comunidade no debate sobre a temática. O envolvimento aconteceu mais diretamente com os educadores responsáveis pela área de ciências naturais.

b) Oficinas de valorização da memória e identidade de luta:

O Núcleo de Base (NB) "Maria e José", integrante da turma de especialização "Sr. Sabá", realizou suas pesquisas em um acampamento no município de Curionópolis, denominado "Frei Henri". O acampamento iniciado em 2010 localiza-se em área devoluta que tinha sido apropriada por um fazendeiro local, contudo a desapropriação e a criação do assentamento enfrentam excessiva morosidade. A morosidade da política de Reforma Agrária, os entraves burocráticos gerados pelo Programa Terra Legal e os frequentes conflitos armados com o fazendeiro são fatores de desestabilização do acampamento e de desistência das famílias, que eram cerca de 320 e hoje apenas 150 permanecem acampadas. Nesse quadro, o NB se propôs realizar uma oficina de valorização da memória e identidade de luta do acampamento, envolvendo o conjunto de famílias acampadas em atividades como rodas

de conversa, sessões de cinema para as crianças, implantação de uma horta medicinal na escola e a construção de um centro de memória do acampamento, local onde se instalou uma exposição permanente de fotos e abrigou o acervo de documentos e registros da história de luta dos acampados.

c) Oficinas de fortalecimento das formas organizativas:

O grupo de pesquisa em luta pela terra, vinculado à turma de especialização "Índia Tuíra", dedicou sua pesquisa ao acampamento "Helenira Resende", localizado no município de Marabá. No diálogo com as pessoas do acampamento, percebeu-se a existência de diferentes formas de organização social e política existentes, além daquelas propostas na estrutura organizativa do MST, que coordena o acampamento, como os Núcleos de Base e Setores de Organização. O projeto de ação desse grupo de pesquisa dedicou-se a construir oficinas no acampamento que valorizassem e fortalecessem esses grupos organizativos que se mostraram importantes para a construção da força política dos acampados. As oficinas dialogaram diretamente com o grupo de jovens do acampamento, com o grupo de mulheres, com os educadores da escola, além da realização de sessões de cinema voltadas para as crianças.

d) Implantação de horta escolar:

O NB "Sementes", vinculado à turma de especialização "Sr. Sabá", realizou pesquisa sobre as escolas do assentamento Palmares II, focando no ensino de agroecologia. O diálogo desses educandos da especialização com as escolas permitiu a identificação de uma demanda da escola de educação infantil recém-criada no assentamento no sentido de implantar uma horta escolar para fins didáticos no trabalho com as crianças. Além dos aspectos técnicos envolvidos no projeto, a ação demandou um aprofundamento do diálogo entre os educandos e demais representantes do IALA com a direção da escola e o conjunto de educadores, a fim de definir os contornos do projeto. Considerando-se que a horta era voltada para atividades com crianças pequenas, a questão do trabalho tornou-se chave, pois seria necessário o envolvimento de educadores, pais e mães e outros membros da comunidade para a garantia da execução e da continuidade do projeto. O diálogo com assentados de uma turma de EJA que trabalham com horta nos seus lotes mos-

trou-se promissor, não apenas pelo apoio técnico desses adultos, mas pela possibilidade de promoção de um debate intergeracional no assentamento. A perspectiva do trabalho coletivo e voluntário em torno da horta da escola levou os participantes desse debate a um resgate das memórias dos tempos de acampamento, quando a implantação de hortas comunitárias teve um papel central na organização política e na viabilização econômica das famílias. Ao final desse processo, a horta foi implantada na escola.

e) Implantação de horta mandala:

O grupo de pesquisa em agroecologia, vinculado à turma “Índia Tuíra”, realizou pesquisas sobre os sistemas de produção no assentamento Palmares, identificando a importância que a produção de hortaliças vinha ganhando na localidade em função das possibilidades de comercialização, especialmente com as famílias que participam da Feira do Produtor Rural de Parauapebas. A demanda crescente por hortaliças vinha exigindo um aumento da escala desse tipo de produção, o que muitas vezes tem levado os assentados a utilizar produtos químicos na forma de adubos e venenos. Nesse contexto, o grupo de pesquisa propôs ao IALA Amazônico a construção de uma horta mandala que ajudasse a problematizar o tema da produção orgânica de hortaliças no assentamento. Além dos aspectos agroecológicos da construção dessa horta, o projeto teve de problematizar um ponto central para o IALA, que era a necessidade de constituição de uma brigada permanente que garantisse a continuidade das ações para além do tempo em que as turmas estivessem em aulas. O projeto da horta materializou-se e levou o IALA Amazônico, na fase de implantação, a criar a brigada permanente Mamede de Oliveira, que passou a ser responsável pelo local e pelas ações cotidianas do projeto, tendo duas educandas da turma se integrado a ela.

f) Implantação de sistema agroflorestal:

O NB “Kararaô”, vinculado à turma “Sr. Sabá”, deu continuidade às pesquisas e reflexões sobre as atividades produtivas de experimentação agroecológica do IALA, em diálogo com a brigada permanente Mamede de Oliveira. Desse diálogo, percebeu-se que a maior parte das atividades produtivas que vinham sendo realizadas eram voltadas para produções de curto

prazo, como hortaliças e aves, que exigiam um trabalho intensivo e cotidiano. Observou-se ainda a importância de o IALA implantar outras experiências mais voltadas a processos produtivos permanentes que, ao mesmo tempo, tivessem outra rotina de trabalho possível de ser realizada na forma de mutirões sem criar tantas exigências cotidianas para a brigada, que já estava sobrecarregada. Nesse cenário, o projeto de ação levou à implantação de um sistema agroflorestal na forma de mutirão, priorizando o enriquecimento de capoeiras ao redor da sede do IALA com espécies frutíferas consorciadas.

Paralelamente aos processos de pesquisa e realização de projetos de ação coletivos realizados ao longo dos Tempos IALA, os educandos realizaram atividades de pesquisa sobre temas e problemas mais diretamente vinculados às suas localidades de origem. Essas pesquisas geraram os trabalhos de conclusão na forma de artigos científicos, listados a seguir. Os trabalhos também estão agrupados pelos eixos temáticos do curso e, a partir deles, os educandos foram inseridos nos grupos de pesquisa, no caso da Turma 1, ou nos núcleos de base, no caso da Turma 2. Dessa forma, essa produção mais individualizada reflete tanto o diálogo mais direto com o orientador, como as experiências de pesquisa-ação e as reflexões mais gerais aprofundadas no grupo temático.

Quadro 3: Trabalhos de Conclusão de Curso

Eixo: Questão Agrária Amazônica – projetos hegemônicos e contra-hegemônicos

Trabalho de Conclusão de Curso	Educando	Orientador
Desterritorialização e impactos ambientais do Projeto Sossego: uma análise a partir da Vila Bom Jesus - Canaã dos Carajás.	Angelina Martins da Cruz	Bruno C. P. Malheiro
Realidades e desafios da Educação do Campo na Escola Crescendo na Prática - Parauapebas/PA.	Ayala Lindabeth Dias Ferreira	Nilsa Brito Ribeiro
Arranjos de relações e dinâmicas territoriais no processo de construção da UHE – Estreito.	Cirineu da Rocha	Bruno C. P. Malheiro

Memória e resistência camponesa no sudeste do Pará: narrativas dos acampados do "Frei Henri".	Edileuza Miranda Feitosa	Cristiano Bento da Silva
Mineração de pequena escala e a lógica da reprodução camponesa: estudo de caso do Assentamento Palmares II.	Eldenilson da Silva Monteiro	Beatriz M. de F. Ribeiro
A luta do camponês pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Tocantins.	Felipe Carvalho Vitoriano	Rejane C. Medeiros de Almeida
Do estranhamento entre projetos distintos: os sujeitos em conflito com a VALE S.A. na região do Projeto Ferro Carajás.	Gustavo Schiavinato Vitti	Bruno C. P. Malheiro
Impasse em área de uso comum: quebradeiras de coco X empresa de papel e celulose. Comunidade Petrolina/MA.	Nara Sanaelia da Silva Costa	Gláucia de Souza Moreno
Da Ilha ao Mirindiba: expulsão e invisibilidade de mulheres pela Usina Hidrelétrica de Estreito, Tocantins.	Patrícia Barba Malves	Ailce Margarida Negreiros Alves
O Programa Terra Legal Amazônia: contradições e conflitos.	Rebeca Valquíria A. de Souza	Fernando Michelotti
Implicações da duplicação da Estrada de Ferro Carajás sobre a territorialidade camponesa no Assentamento João do Vale – Açailândia/MA.	Regina Rodrigues da Costa	Rogério Rego Miranda
Processos de resistência no sudeste do Pará: o acampamento Frei Henri frente ao agronegócio.	Simone Alves Martins	Gláucia de Souza Moreno
Como os assentados do Assentamento Antônio Conselheiro estão se mobilizando territorialmente frente à possibilidade da construção de 5 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).	Valdir Alves da Silva	Fernando Michelotti

Eixo: Desenvolvimento do Campo/Assentamentos

Trabalho de Conclusão de Curso	Educando	Orientador
Os limites e desafios da Assistência Técnica e Extensão Rural realizada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores no Vale do Rio Pardo/RS.	Alessander von W. Fagundes	Marcelo Nascimento Bernal
As (im)possibilidades do ensino médio do campo: o ensino médio modular no Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia/PA.	Cícera Justino Ferreira Pinto	Idelma Santiago da Silva
Assistência Técnica e Extensão Rural: um estudo de caso na Comunidade Mamangal, Igarapé-Miri/Pará.	Denise da Silva Graça	Amintas da Silva Jr.
Desafios da implementação da agroecologia no Centro de Formação e Pesquisa Olga Benário Prestes e o Assentamento Dorcelina Folador, município de Várzea Grande/MT.	Devanir Oliveira de Araújo	Haroldo de Souza
Cotidiano, subjetividade e experiência: notas sobre a dinâmica da vida no Acampamento Helenira Resende do MST.	Eduardo Batista Fernandes	Bruno C. P. Malheiro
Prevenção e combate ao trabalho escravo rural: contribuição da Comissão Pastoral da Terra – CPT/Alto Xingu - uma experiência na Casa Familiar Rural de São Félix do Xingu/PA.	Elizângela Lima de Sousa	Gláucia de Souza Moreno
A Educação do Campo e a agroecologia à luz dos Movimentos Sociais Populares do Campo.	Emílio Romaninni Neto	Dominique Michele Perioti Guhur
Acampamento Frei Henri: comunidade de resistência camponesa (vídeo)	Fábio Oliveira Lima	Evandro Costa de Medeiros
A Educação de Jovens e Adultos como prática social no contexto do Acampamento Dalcídio Jurandir.	Jeane Jurema de Assis	Haroldo de Souza

Construção do conhecimento agroecológico e de experiências de resistência camponesa no nordeste paraense: os desafios do Centro de Estudos e Formação em Agroecologia e Cultura Cabana (CEFAC).	José Gomes de Melo Júnior	Haroldo de Souza
Pastoral da Saúde: mulheres profanam o corpo, a natureza e a medicina - o caso "Boa Esperança".	Judith Ribeiro Gama	Haroldo de Souza
A piscicultura como mais uma estratégia produtiva de reprodução camponesa no Assentamento Itacira - Imperatriz/MA.	Letícia Viana Silva	Rogério Rego Miranda
A constituição da escola no contexto da ocupação do Projeto de Assentamento Belo Vale.	Liane Marques da Silva	Nilsa Brito Ribeiro
Extensão rural baseada nos princípios da agroecologia em Marabá/PA.	Magnum Taveira Belizário	Fernando Michelotti
A experiência da Associação de Mulheres Organizadas da Reforma Agrária - AMORA no Assentamento 1º de Março no sudeste do Pará.	Maria Abadia Gomes de Oliveira	Ailce Margarida Negreiros Alves
A agricultura sustentável: explorando possibilidades de relação com a natureza.	Maria de Jesus Nonato Farias	Cristiano Bento da Silva
Pecuária leiteira e as questões ambientais na visão de alguns produtores de leite no Assentamento 17 de Abril, município de Eldorado dos Carajás/PA.	Marizete Rodrigues de Freitas	Antônio Kledson Leal Silva
Importância da pesquisa em instituições escolares – o que é e como pesquisar?	Raimundo Conceição da Silva	Haroldo de Souza
A participação social na construção da Casa Familiar Rural de Santarém – CFR/STM.	Tânia Maria Tavares Pinto	Maura P. dos Anjos

Eixo: Agroecologia e Diálogo de Saberes

Trabalho de Conclusão de Curso	Educando	Orientador
Construções alternativas e conhecimentos camponeses: o que há por trás de um galinheiro?	Alexandre Júnior da Silva	Amintas da Silva Jr.
IALA Amazônico e o Acampamento Frei Henri – MST: diálogo de saberes e referência mútua.	Antônia Borges da Silva	Amintas da Silva Jr.
A contribuição da homeopatia na agricultura e na vida de famílias camponesas organizadas no MPA – Rondônia.	Cláudio Pereira Santos	Glúcia de Souza Moreno
Sistemas agroflorestais: agroecossistemas que melhoram a qualidade de vida.	Daniella Alves da Silva	Amintas da Silva Jr.
Possibilidades para implantação de um banco de sementes tradicionais no Assentamento Mártires do Carajás/MT.	Elenice Oliveira Alves	Haroldo de Souza
Um olhar sobre unidades de produção camponesa do Assentamento Palmares II.	Izabel Rodrigues Lopes Filha	Haroldo de Souza
Sistema de produção abafado com mucuna preta: possibilidades e desafios da substituição do sistema corte e queima como práticas agroecológicas.	José César de Souza	Andrea Hentz de Mello
A utilização de plantas medicinais em comunidades rurais.	Meirian da Silva Lima	Amintas da Silva Jr.
Saneamento básico no núcleo urbano do Assentamento Palmares II/PA e as possíveis intervenções baseadas na permacultura.	Paulo do Nascimento Barbosa	Antônio Kledson Leal Silva

Mecanização agrícola e agroecologia no Assentamento Vila Diamante em Igarapé do Meio/MA.	Pedro Demboski	Andrea Hentz de Mello
Práticas agrícolas no Assentamento 17 de Abril: experiências dos agricultores Altamiro Simplicio e Vicente Barbosa.	Polliane Barbosa Soares	Beatriz M. de F. Ribeiro
Os Kayapó da Aldeia Kriny: características, concepções e estratégias na construção de agroecossistemas adaptados à Amazônia.	Ramon de Paula Neves	Rita de Cássia P. da Costa

Fonte: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2016; Universidade Federal do Pará, 2013b.

Considerações finais

A experiência do projeto “Residência Agrária” implantado pela Unifesspa inseriu-se em uma parceria de maior duração com a Via Campesina e, a partir de uma definição conjunta desses parceiros, teve seu foco orientado para a implantação do Instituto de Agroecologia Latino-Americano na Amazônia – IALA Amazônico. Dessa forma, a estruturação do curso de especialização “Residência Agrária” não ficou restrita ao curso em si e a instituição se viu desafiada a construir uma referência pedagógica que contribuísse com o projeto do IALA Amazônico como um todo e que pudesse ser incorporada por ele em outros cursos que ali serão desenvolvidos.

Nesse contexto, a formação em agroecologia, objetivo principal do IALA Amazônico e do projeto Residência Agrária apresentado, buscou dialogar com as perspectivas dos movimentos sociais, provocando rupturas políticas e epistemológicas que pudessem fortalecer uma identidade de projeto camponês. A organização curricular em três eixos temáticos (Questão Agrária Amazônica: projetos hegemônicos e contra-hegemônicos; Desenvolvimento do Campo/Assentamentos; Agroecologia e Diálogo de Saberes) procurou propiciar o tratamento das múltiplas dimensões que o tema encerra. A busca permanente de uma contextualização dos aspectos técnico-científicos da agroecologia no

quadro de conflitos agrários regionais permitiu uma ênfase na dimensão política da agroecologia, vista também como um movimento social.

O diálogo permanente com os grupos sociais no assentamento onde o IALA Amazônico está situado e nos acampamentos do seu entorno, assim como com as próprias comunidades dos educandos e educandas, foi considerado uma prioridade. Para tanto, a construção do percurso formativo foi inspirada nas reflexões conceituais e metodológicas da pesquisa-ação-participante e investigação-militante, com vistas a fundamentar o diálogo entre os educandos e educandas e os camponeses da região. Como desdobramento, ao longo do curso foram desenvolvidos projetos de ação, construídos numa perspectiva dialógica e não impositiva, tanto nas comunidades parceiras do IALA, como na própria sede do Instituto.

Com a preocupação com o diálogo e a participação dos sujeitos do campo em todas as etapas da construção dos projetos (problematização, diagnóstico, elaboração do projeto, execução e avaliação), procurou-se romper com uma perspectiva comum em centros de formação em ciências agrárias: a de se assumirem como espaços exclusivos de produção de conhecimento. No IALA Amazônico procurou-se evitar a ideia de esse espaço ser produtor de conhecimentos acabados, uma pretensão de modelo agroecológico que depois fosse difundido às comunidades camponesas por meio da extensão rural (como na noção de Centro de Referência). Ao contrário, o IALA Amazônico se propôs assumir um papel de Centro de Convergência de experiências múltiplas desenvolvidas por camponeses, camponesas e pessoas da academia que ali pudessem se encontrar e dialogar.

Apesar de esse tipo de inspiração na pesquisa-ação-participante ter sido bastante enriquecedor para o curso de especialização Residência Agrária, certos limites foram observados. Por mais que o percurso formativo fosse estruturado para proporcionar o diálogo entre educandos, educandas e comunidades, os tempos e ritmos de cada etapa do processo tiveram de ser “encaixados” na temporalidade do curso, o que nem sempre respondia ao tempo de maturação demandado pelas comunidades envolvidas. Em um

processo realmente participante, a temporalidade deveria ser da comunidade e não dos pesquisadores e das pesquisadoras, o que se tornou impossível de respeitar em face dos prazos impostos pelo próprio curso e o tempo de formação das turmas. Além disso, os projetos implementados pelos educandos e pelas educandas, apesar de sua importância como exercício formativo, precisam de apoio para terem sua apropriação e continuidade aceitas pela comunidade parceira, o que ultrapassa o final do curso. Portanto, os desdobramentos desses projetos mostram desafios para a parceria IALA Amazônico e universidade, que vão além do próprio curso, reforçando a necessidade de parcerias de longa duração.

Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.
- ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BARBOSA, M. B. R. **Territorialização contra-hegemônica: o IALA Amazônico e a construção de um projeto camponês na América Latina**. 2014. 76 f. Monografia (Graduação em Agronomia). Faculdade de Ciências Agrárias de Marabá - Unifesspa, Marabá, 2014.
- BONILLA, V. D. et al. Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 131-157.
- BRANDÃO, C. R. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: _____. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999a, p. 223-252.
- _____. Participar-pesquisar. In: _____. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999b, p. 7-14.
- CAMPOS, J. C. IALA Paulo Freire - Venezuela, movimentos sociais populares do campo e a integração camponesa na América Latina. In: MARTINS, F. J. (Org.). **Práticas educativas da Via Campesina**. Curitiba: CRV, 2014, p. 53-74.
- CARSON, R. L. **Silent spring**. New York: Houghton Mifflin, 1962.
- CARVALHO, H. M. de. **Comunidades de resistência e superação**. Curitiba: Peres, 2002.
- _____. **Desafios para o agroecologista como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato**. Curitiba, 2007. Mimeo.
- FERNANDES, B. M. Via Campesina. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012, p. 767-770.
- GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- GUHUR, D. M. P; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012, p. 57-65.
- HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989, p. 25-41.

IALA AMAZÔNICO. **Desafios atuais na construção do IALA Amazônico: subsídios para debate.** 2014, p. 1-4.

_____. Manda-lá Notícias. **Boletim Informativo.** Ano 1, nº 2, out. 2011. Mimeo.

LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005.

LEHER, R. Capitalismo dependiente y educación: propuestas para la problemática universitaria. In: _____. (Org.). **Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas.** Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2010, p. 19-92.

MICHELOTTI, F. Residência Agrária. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular. 2012, p. 679-684.

_____. IALA Amazônico: a pesquisa-ação-participante e a construção do diálogo universidade - movimentos sociais. In: **Anais do 9º Congresso Internacional de Educación Superior - Universidad 2014, La Habana, 2014.**

MOLINA, M. G. de. Introducción a la agroecología. **Cuadernos Técnicos SEAE - Serie Agroecología y Ecología Agraria,** Madrid, 2011.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricul. São Paulo,** São Paulo, v. 51, n.2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989, p. 42-48.

ROSSET, P. M.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. La Vía Campesina y agroecología. In: **El libro abierto de la Vía Campesina: celebrando 20 años de luchas y esperanza.** Disponível em: <viacampesina.org>. Acesso em: 10 out. 2016.

SEVILLA-GUZMÁN, E. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Emater/RS, Porto Alegre, 2003, nº 1, vol. 3, p. 18-28.

SILVA, E. R. da. **O Instituto Agroecológico Latino-Americano Amazônico como espaço em construção permanente.** Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Matemática) - PPG Multiunidades em Ensino de Ciência e Matemática - Unicamp, Campinas, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto pedagógico do curso de Especialização Questão Agrária, Agroecologia e Educação do Campo na Amazônia - Pós-Graduação Lato Sensu.** 2013a. Mimeo.

_____. **Relatório Técnico de Execução Física do Curso de Especialização Questão Agrária, Agroecologia e Educação do Campo na Amazônia** - Residência Agrária. 2013b. Mimeo.

_____. **Relatório Final do Projeto Agroecologia, Escola e Organização Coletiva**: formação de profissionais para atuação em assentamentos da Amazônia. 2016. Mimeo.

VIA CAMPESINA. **De Maputo a Yakarta: 5 años de agroecología en la Vía Campesina** - Comisión Internacional de Trabajo sobre Agricultura Campesina Sustentable. Indonésia: La Vía Campesina, 2013. Disponível em: <viacampesina.org>. Acesso em: 10 out. 2016.



A RESPEITO DOS ORGANIZADORES

Mônica Castagna Molina:

É graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (1989) pela PUC/Campinas, especialista em Políticas Públicas e Governo (1997) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Sociologia Rural (1998) pela Unicamp, doutora em Desenvolvimento Sustentável (2003) pela Universidade de Brasília e tem Pós-doutorado em Educação (2013) pela Unicamp. É professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Educação, onde coordena a Linha de Pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo desde 2013. É coordenadora da pesquisa "Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte" pelo Observatório da Educação da Capes (2013-2017). Coordenou o Pronera e o Programa Residência Agrária. Participou da I Pesquisa Nacional da Reforma Agrária, em 2003-2004 (I PNERA) e Coordenou a II Pesquisa Nacional da Reforma Agrária (II PNERA), financiada pelo IPEA, em 2013-2015. Coordenou a Pesquisa Capes/CUBA, no período de 2010-2014. Coordenou a pesquisa "A Educação Superior no Brasil (2000-2006) - Uma Análise Interdisciplinar das Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro", financiada pelo Observatório de Educação da Capes. Integra a pesquisa "Formação Docente e a Expansão do Ensino Superior", na coordenação do Sub 07: Educação Superior do Campo, pelo Projeto Observatório da Educação do Campo da Capes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Formação de Educadores, Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável.

Fernando Michelotti:

É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Rafael Litvin Villas Boas:

Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Rita de Cássia Fagundes:

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

ALBERTO DOS AUTORES



**A RESPEITO DOS
AUTORES**

Adriana Fernandes Souza: Licenciada em Educação do Campo e especialista em Residência Agrária pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha com educação popular e teatro político, com a questão negra e da violência contra a mulher. Atualmente é educadora de jovens e adultos no Programa Pro-jovem Campo Saberes da Terra e é integrante da equipe de coordenação política pedagógica do Residência Agrária Jovem - Universidade de Brasília/CNPq. É mestranda da Faculdade de Educação da UnB.

Amaury da Silva Santos: É graduado em Agronomia (1992) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995), e doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2000). Atualmente é pesquisador da Embrapa e coordenador do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e integrante da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Desenvolve atividades com sementes crioulas no estado da Paraíba, conhecidas por Sementes da Paixão. Desenvolve também pesquisas participativas em comunidades e assentamentos de Reforma Agrária, tendo como perspectiva a construção do conhecimento agroecológico por meio da sistematização de experiências agroecológicas e de seu intercâmbio entre agricultores e técnicos.

Ana Cláudia Diogo Tavares: Possui graduação em Direito e mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi colaboradora no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é Professora Adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPDH/UFRJ).

Ana Manuela Chã: É graduada em Psicologia pela Universidade de Lisboa e mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp). Faz parte da coordenação do Coletivo de Cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem experiência na área de psicologia social, cultura e comunicação com ênfase em audiovisual e movimentos sociais.

Andhressa Araújo Fagundes: É doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília - UnB (2013), mestra em Ciências da Saúde - UnB (2006) e graduada em Nutrição (2002). É especialista em Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e em Vigilância Alimentar e Nutricional para a População Indígena, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atua nas linhas de pesquisa: Nutrição na Atenção Primária à Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, e Educação Alimentar e Nutricional; Pesquisa Qualitativa em Saúde; Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. Atualmente é professora

do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Coordenadora adjunta do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES).

Andrea C. Matheus: Engenheira Agrônoma e mestra em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

Andrea Machado Camurça: É graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Foi Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e desde 2005 é pesquisadora do Programa Residência Agrária (PRA). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de Brasília, docente da Licenciatura em Educação do Campo e integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília.

Ayala Lindabeth Dias Ferreira: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005) e especialização em Residência Agrária/Proneira pela UFPA/Campus de Marabá (2012). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compõe a equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atuando nesses espaços, acumulou experiência na educação popular e em sistemas produtivos no bioma amazônico (bioconstruções, criação de pequenos animais, produção de mudas nativas na Amazônia e apicultura).

Bárbara Loureiro Borges: É graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Foi aluna do Curso de Especialização em Residência Agrária também da UnB. Possui formação e cursos na área de Agroecologia e Questão Agrária, e experiência em Extensão Rural, atuando em assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB).

Beatriz Casado Baidés: Possui graduação em Antropologia Social y Cultural - Universidad Miguel Hernández (2007) e mestrado universitário em Desarrollo y Cooperación Internacional pelo Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU) (2008). Foi Integrante da equipe de coordenação do curso de especialização em Residência Agrária da Universidade de Brasília (Proneira/CNPq/FUP) e atualmente é doutoranda do Programa de Doctorado en Estudios sobre Desarrollo do Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU).

Carla Tatiane Guindani: Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Charlotte Emanuele da Silva Sousa: Possui graduação em Agroecologia pelo Instituto Federal de Brasília (2013) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária com ênfase em Agroecologia pela Faculdade UnB Planaltina (2015). Linhas de pesquisa: gênero, raça, educação, teatro do oprimido.

Clarice Aparecida dos Santos: Graduada em Pedagogia pela Universidade de Ijuí/RS, mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, entre 2007 e 2015, foi Coordenadora-Geral de Educação do Campo e Cidadania, e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). É professora da Universidade de Brasília.

Daniel Albiero: Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (2001) e em Física pela Unicamp (1996), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Engenharia Agrícola também pela Unicamp. Atualmente é bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq e Professor Adjunto de Máquinas e Energia na Agricultura da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenador do Gemasa (Grupo de Pesquisas em Energia e Máquinas para a Agricultura do Semiárido) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UFC (PPGEA-UFC).

Daniel Mancio: É professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem graduação em Agronomia (2002) e mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (2008), além de especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (2010) e doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua no curso de Educação do Campo, ministrando aulas de Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural, e atua em projetos nas áreas de organização das áreas de Reforma Agrária e no desenvolvimento da agroecologia em assentamentos.

Débora Franco Lerrer: Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi coordenadora do Curso de Especializa-

ção em Residência Agrária da UFRRJ, onde atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Desenvolve pesquisas em torno dos seguintes temas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, questão agrária, agronegócio, mediações jornalísticas e educação superior no campo.

Diana Mendes Cajado: Possui graduação em Engenharia de Pesca (2010) e mestrado em Economia Rural (2013) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em andamento no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC). É pesquisadora voluntária do Programa Residência Agrária. Tem experiência docente em graduação e pós-graduação nas áreas: economia e áreas afins, estágio supervisionado, orientação de trabalhos de conclusão de curso, metodologia do trabalho científico, gestão ambiental e áreas afins, além da experiência em projetos de extensão com ênfase em extensão rural.

Dominique Michèle Perieto Guhur: É graduada em Agronomia e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trabalha com movimentos sociais desde 1999 nas áreas de agroecologia, educação popular, Educação do Campo, metodologia de pesquisa e economia política. Atualmente é integrante do Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico da Escola Milton Santos, do Centro de Formação em Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná.

Elenara Ribeiro da Silva: Tem graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Campinas (Unicamp). Tem experiência em elaboração, execução e acompanhamento de projetos relacionados à Formação, Pesquisa-Ação-Desenvolvimento, Educação Ambiental e Extensão Rural.

Erika Macedo Moreira: Graduada em Direito e mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) e do Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares (UFG/ INCRA-Pronera).

Fábio Ramos Nunes: Graduado em Administração pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Foi aluno do Curso de Especialização em Residência Agrária e atualmente é aluno do mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, ambos pela Universidade de Brasília (UnB).

Fernando Michelotti: É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento Rural (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e

doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo: É Professora Associada da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É professora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenou o curso de especialização em Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará e é membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Geraldo José Gasparin: É graduado em Filosofia e mestre em Desenvolvimento Territorial para a América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Foi coordenador-geral da Escola Nacional Florestan Fernandes no período de 2006 a 2011.

Haroldo de Souza: Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2010). É professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Ivana Leila Carvalho Fernandes: É graduada em Pedagogia (2015) e Economia Doméstica (2005), especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (2007) e mestra em Avaliação de Políticas Públicas (2013). Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural, com ênfase em Políticas Públicas, Educação do Campo, Movimentos Sociais, Extensão Rural, Agroecologia e Relações de Gênero e Família. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC).

Janaina Tude Sevá: É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisadora colaboradora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo/UFG).

José Jonas Duarte da Costa: Tem graduação em História e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Associado III do Departamento de História da UFPB e membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Coordenou o Programa de Residência Agrária - Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido, mediante parceria UFPB/Insa.

José Maria Tardin: Foi coordenador da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) e assessor pedagógico em cursos de Agroecologia em vários países da América Latina. Atua na formação em Agroecologia em escolas técnicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assessorando cursos de Especialização em Agroecologia em parceria com universidades e institutos de pesquisa.

Josefa Adriana Leal dos Santos: É graduada em Medicina (ELAN), tem Especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e é integrante do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente é servidora pública, exercendo a função de médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

Karla Karolline de Jesus Abrantes: Possui graduação em Economia Doméstica (2012) e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (2015). Foi bolsista do Residência Agrária e têm publicações e estudos nas áreas de Economia Doméstica com enfoque nos temas de assentamentos rurais, segurança alimentar e nutricional, relações de gênero, mulheres rurais e agroecologia. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC).

Laura Angélica Ferreira: Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa/MG (1993), mestrado em DEA ETES: Environnement, Temps, Espace et Société - Université D'Orléans (1994) e doutorado em Développement Rural et Système d'Élevage - Institut National Agronomique Paris-Grignon (2001). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

Lígia Alves Viana: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA), vinculado ao Programa Residência Agrária e Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Luiz Henrique Gomes de Moura: É Engenheiro Florestal formado na Universidade de Brasília (UnB), especialista em Agroecologia e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade

Federal de Goiás (UFG). Militante pela Reforma Agrária, tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de agroecologia, soberania alimentar, questão agrária, questão ambiental e novas dinâmicas da acumulação capitalista. Integra o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (UnB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (UFG).

Marcela Medeiros de Castro: Tem graduação em Educação do Campo e especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É integrante da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e uma das Coordenadoras do Assentamento Celso Daniel - Macaé/RJ.

Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa: Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuou no fortalecimento e na consolidação do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo (Naec) e do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Marco Antonio Ribeiro Baratto: Tem graduação em Pedagogia, mestrado em Educação Ambiental e Educação do Campo e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Participou da equipe pedagógica do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária (UnB/CNPq/Pronera) e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Maria Inês Escobar da Costa: É professora da Universidade Federal do Cariri/UFCa, possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG (2002) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - CDS/UnB (2006). Atualmente é doutoranda na Universidade de São Paulo - FEUSP/USP. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, Agroecologia e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, Educação do Campo, meio ambiente e cultura. Atualmente é coordenadora da Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária.

Rafael Litvin Villas Bôas: Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da

Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Ranielle Caroline de Sousa: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Professora Substituta da Universidade Federal de Goiás, advogada do Cerrado Assessoria Jurídica Popular e coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Inhumas/GO.

Rita Fagundes: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Re-sea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Roseli Salete Caldart: É graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e atualmente é assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), além de coordenar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria Iterra-UnB-MEC.

Sônia Barbosa Magalhães: Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Sociologia pela Université Paris 13. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

Tatiana Canuto Silva: É nutricionista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Participou das ações de Extensão do Eixo de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é mestranda em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (2017-2019) e pós-graduanda (nível de Especialização) em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016-2017).

ISBN 978-85-230-1208-3



9 788523 012083



UnB | CTEC

